



O Instituto Arco-íris e uma crítica ao Projeto Urbano em Florianópolis

The Arco-íris Institute and a critique of the Urban Project in Florianópolis

Soraya Nór*, Aline Vicente Cavanus** e Gustavo Rodrigo Faccin Araújo de Souza***

Resumo

O papel desempenhado pelo Instituto de Direitos Humanos Arco-íris no centro da cidade de Florianópolis ressalta as características da chamada área leste: uma parte histórica do centro conhecida pelos aspectos culturais, pela boemia, e marcada pela presença de uma população em situação de vulnerabilidade social que busca atendimento nas diversas entidades de assistência presentes no entorno. Esse contexto urbano se encontra hoje no foco do debate pela requalificação da área central da cidade. Com propostas advindas da relação entre organizações privadas e poder público, que apresentam alternativas baseadas nos princípios do planejamento urbano estratégico e tendências para a elitização e a higienização social. Diante disso, reflete-se na construção de outra base para o projeto urbano em Florianópolis que leve em consideração a importância das políticas de assistência social, o papel central desempenhado pela habitação e o direito a permanência dos grupos sociais e culturais que atualmente povoam o centro da cidade.

Palavras-chave: Florianópolis. Planejamento Estratégico. Vulnerabilidade Social. Requalificação Urbana.

Abstract

The role played by the Arco-íris Human Rights Institute in downtown Florianópolis underscores the characteristics of the so-called eastern area: a historical part of the center known for cultural aspects, bohemianism, and marked by the presence of a population in a situation of social vulnerability which seeks care in the various assistance entities present in the environment. This urban context is now the focus of the debate on the requalification of the central area of the city. With proposals coming from the relationship between private organizations and public power, which present alternatives based on the principles of strategic urban planning and trends for elitisation and social hygiene. In view of this, it is reflected in the construction of another basis for the urban project in Florianópolis that takes into account the importance of social assistance policies, the central role played by housing and the right of permanence of social and cultural groups that currently populate the center of the city.

Keywords: Florianópolis. Strategic planning. Social vulnerability. Urban Requalification.

*Arquiteta e urbanista graduada pela Universidade de Brasília (UnB). Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

**Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de San-

ta Catarina e mestranda em teoria e história da arquitetura e urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

***Graduando no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Introdução

A construção do posicionamento e da temática abordados neste artigo são produtos dos estudos realizados para o projeto de valorização cultural e urbana do Instituto Arco-íris, entidade de direitos humanos que realiza atividades de apoio à população em situação de vulnerabilidade social no centro de Florianópolis. As pesquisas e formações teóricas realizadas no âmbito do Ate-liê Modelo de Arquitetura e do Laboratório de Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC foram focadas no papel social desempenhado pelo Instituto, na maneira como a população da cidade reconhece a área envolvida, e nas potencialidades para novos projetos urbanísticos.

Existe, atualmente, uma proposta em particular com base no planejamento estratégico, que vêm ganhando bastante força entre os empresários e os órgãos públicos da cidade. É proveniente do Centro Sapiens, que chama a atenção por se tra-

tar de uma reestruturação da área onde o Instituto Arco-íris está localizado e exerce sua influência.

Por meio do estudo de autores da área do planejamento que fazem uma leitura crítica da produção da cidade no momento atual do capitalismo, como Villaça (1998), Lefebvre (1991), Harvey (1992), Arantes (2000) e Vainer (2000), foram contextualizadas as diretrizes dessa proposta, suas referências práticas e seus impactos sociais.

O objetivo do presente artigo é construir uma análise crítica sobre os propósitos de um projeto urbano para uma parte tão sensível do centro da cidade de Florianópolis, onde se localiza o Instituto Arco-íris.

Histórico

O Instituto Arco-íris (Figura 1) está na parte mais antiga do centro fundador da cidade de Florianópolis, também chamada de “área leste da praça”,



Figura 1. Sede do Instituto Arco-íris. Fonte: os autores.

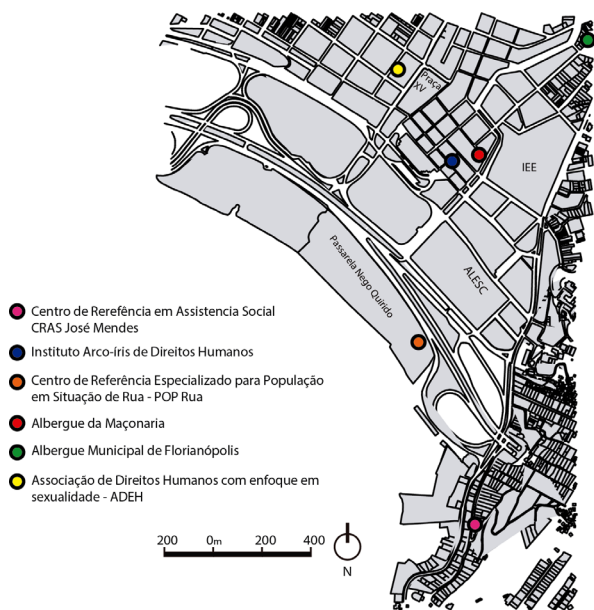


Figura 2. Entidades de assistência social próximas à área de estudo. Fonte: IPUF, 2009. Adaptado pelos autores.

ou “Pedreira” e que tem suas primeiras ocupações datadas do século XVII. Na medida em que essa área foi pioneira na constituição de uma malha de ruas relativamente adensada, foi também a primeira a apresentar processos de abandono e degradação decorrentes da mudança no eixo da urbanização do município para oeste da praça central, a Praça XV de Novembro, onde se encontra a área mais valorizada do centro. Veiga (2010) descreve o histórico de modificações e enfatiza o posicionamento estratégico da área leste em relação a diversos referenciais urbanos como o Hospital de Caridade, o Rio da Bulha e o Forte Santa Bárbara. Sendo uma área de grande potencial urbano, mas que em virtude de diversos processos, em especial do deslocamento do antigo terminal de ônibus municipal, no ano de 2003, vem entrando paulatinamente em estado de abandono e degradação. Além disso, é importante ressaltar que essa parte da cidade vem há bastante tempo sendo encarada a partir de uma perspectiva higienizadora - a exemplo do que escreveu o historiador e médico Oswaldo Cabral (1979).

A Pedreira, [...] foi (sem desconsiderar a Figueira nem a Toca), o bairro mais sujo que jamais existiu em Nossa Senhora do Desterro. [...] Cortiços baratos e sem conforto. Lavadeiras. Marinheiros. Soldados. Mulheres de má vida. Gente de má fama. Toda uma favela a marginalizar um rio imundo. (CABRAL, 1979, p. 194)

Atualmente, apesar de muitas transformações, o

aspecto descuidado do conjunto arquitetônico e das vias permanece como característica da área. A concentração de espaços ociosos e edifícios abandonados, associada com a pequena diversidade de usos e uma infraestrutura urbana deficiente fazem com que essa parte da cidade seja considerada insegura, especialmente nos horários de fim de tarde e à noite. Outro agravante é a concentração de pessoas em situação de rua. Segundo dados de 2016, da Prefeitura Municipal de Florianópolis, o município conta com 421 pessoas nessa situação. Dessas, cerca de 70% estão no centro da cidade.

Ainda que de forma insuficiente, a área apresenta uma rede de entidades governamentais e não governamentais que prestam suporte a essa população e contribuem para sua concentração no local (Figura 2). O Pop Rua, o Albergue Municipal e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) são órgãos de apoio administrados pelo município e têm suas sedes bem próximas da área de estudo, onde se localiza o Instituto Arco-íris. O Instituto Arco-íris, a Associação de Direitos Humanos ADEH, e o Albergue Noturno administrado pela Maçonaria ampliam o suporte dado à população socialmente vulnerável no centro da cidade de Florianópolis.

A despeito desses fatores, é forte a vitalidade da área associada ao seu comércio popular e ao clima boêmio de algumas ruas. Não é difícil encontrar a Travessa Ratcliff ou a Rua Victor Mei-

relles, por exemplo, cheias de pessoas conversando nos bares mais conhecidos como o Canto do Noel, a Kibelândia ou o Taliesyn. Nos fins de semana, o calçadão da Rua João Pinto é ocupado por visitantes que frequentam as feiras promovidas pela prefeitura municipal. São atrativos pontuais, mas que se relacionam com um caráter cultural e popular geral, que definem atualmente a essência dessa parte leste do centro da cidade.

Projeto Centro Sapiens

Nesse panorama histórico e social da área, insere-se uma proposta urbana concebida pelo Projeto Centro Sapiens.

O Centro Sapiens é um projeto para a revitalização da região leste do centro histórico de Florianópolis, tornando um espaço dinâmico e de convivência. A partir das iniciativas pública e privada visa transformar a área em um polo de inovação voltado ao turismo, gastronomia, artes, design e tecnologia. (SAPIENS, 2016)

As entidades envolvidas no desenvolvimento do projeto são principalmente o Grupo Sapiens Parque, empresa que desde 2001 vem construindo um parque empresarial de inovação tecnológica na área norte de Florianópolis, apoiado pela Fundação CERTI (Centro de Referência em Tecnologias Inovadoras), Prefeitura Municipal de Florianópolis e Universidade Federal de Santa Catarina, principalmente por intermédio do Labo-

ratório LOGO, do curso de Design, responsável pelo desenvolvimento das atividades do projeto Centro Sapiens, bem como parte de divulgação e articulação com outros apoiadores.

Desde o início das atividades, no final de 2015, as linhas de atuação do Centro Sapiens focam principalmente em atividades de estímulo ao empreendedorismo no centro de Florianópolis, com espaços de *coworking*² e incubadoras de *startups*³, e em articulações institucionais no município visando aprovação de leis e de medidas que auxiliem no seu desenvolvimento. O projeto de lei proposto de “IPTU Zero para Startups”, além de parcerias público-privadas para melhorias na infraestrutura, tais como o aterramento do cabeamento elétrico, a nova pavimentação de ruas e o transporte público em veículos elétricos entram como algumas dessas linhas de atuação. O Projeto tem forte interesse pelos prédios públicos localizados na área, especialmente aqueles que se encontram desocupados ou subutilizados, para a instalação de atividades relacionadas a apoiar futuras empresas, como é o caso do “*Cocreation Lab*”, espaço de *coworking* cedido por um ano aos projetos de startups selecionados pelo Centro Sapiens e que funciona numa sala do Museu da Escola Catarinense, administrado pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

O Planejamento urbano estratégico

A ideia do Centro Sapiens tem como base e inspiração projetos semelhantes realizados ao redor

2 Modelo de trabalho que pressupõe o compartilhamento de espaços físico e dos recursos relacionados ao ambiente de trabalho.

3 Iniciativa empresarial de pequeno porte. O conceito relaciona pequenas empresas a ideias inovadoras.

do mundo, e que são citados como referência, como o Soho, em Nova York, Notting Hill, em Londres, e Poblenou, em Barcelona. Esses projetos, muitas vezes identificados com o chamado planejamento urbano estratégico, estão ligados com um novo momento de desenvolvimento do capitalismo, posterior à década de 80, quando as cidades competem entre si em busca de investimentos. Um ponto forte desse “novo momento” das cidades é a exploração de o que Otilia Arantes (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2000) chama de “culturalismo de mercado”, a espetacularização das cidades por meio de uma busca de identidade como marca. Nesse contexto, os planejadores urbanos aproximam-se cada vez mais dos empreendedores e diretores de *marketing*.

David Harvey (1992), também nessa linha, analisa as consequências do pós-modernismo no planejamento urbano. Trazendo o exemplo americano de deterioração dos centros e “renovações urbanas”, como em Baltimore, nos Estados Unidos, que praticou esse processo por meio da criação de uma feira, pensando uma nova identidade para cidade, com foco no consumo, investimentos em marina e centros de convenções, mas sem prestar atenção nas questões de pobreza, falta de habitação, assistência e educação.

A abordagem desse tipo de qualificação urbana com vistas ao mercado traz consigo, como consequência, a fragmentação do tecido urbano (ao invés da visão dos planos urbanos em larga es-

cala que consideram a cidade como um todo). Esse modelo urbano empreendedor vê os espaços da cidade como se fossem independentes e autônomos, como fim em si mesmos, onde prevalece a “aparência estética” em detrimento do tecido social precedente.

As tecnologias de comunicação e transporte, em rápida evolução a partir do final do século XX, exercem uma forte influência nessa transformação das cidades, as distâncias se encurtam e as informações se propagam. O discurso pós-moderno da arquitetura é guiado para o mercado, cada vez mais orientando a construção da cidade para o rico e privado e menos para o pobre e público, trocando, segundo Harvey (1992), o zoneamento planejador pelo zoneamento de mercado.

[...] a curto prazo, uma transição de mecanismos planejados para mecanismos de mercado pode combinar temporariamente usos distintos em interessantes configurações, mas a velocidade da gentrificação e a maioria dos resultados sugerem que, em muitos casos, o curto prazo é na verdade bem curto. A alocação de mercado e de terra de aluguel dessa espécie já enquadrou muitas paisagens urbanas em novos padrões de conformidade. O populismo do livre mercado, por exemplo, encerra as classes médias nos espaços fechados e protegidos dos shoppings e átrios, mas nada faz pelos pobres, exceto ejetá-los para uma nova e bem tenebrosa paisagem pós moderna de falta de habitação. (HARVEY, 1992, p. 79)

O crescimento do capital simbólico, ocultando por meio da cultura e dos “gostos”, a base real das distinções econômicas, com a diferenciação de produtos e ênfase nos ricos e no consumo serve a funções ideológicas, com mecanismos de reprodução e manutenção da ordem vigente, assim o espetáculo se torna uma forma de controle social (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2000; HARVEY, 1992).

As cidades tornam-se centros financeiros de consumo:

Dar determinada imagem à cidade através da organização de espaços urbanos espetaculares se tornou um meio de atrair capital e pessoas (do tipo certo) num período (que começou em 1973) de competição intraurbana e de empreendedorismo urbano intensificado (HARVEY, 1992, p. 92).

Essas elites financeiras buscam se apossar da cidade, por meio de projetos que contem com o apoio do poder público, com fundos públicos e privados para promover uma urbanização voltada para o crescimento dos investimentos financeiros. Esse pretense crescimento, via de regra, é anunciado como um grande gerador de empregos e como algo positivo para a cidade como um todo, associando planejadores urbanos, promotores culturais e empresários. Tais políticas urbanas expandem a economia local, aliadas à propriedade imobiliária, especulando as possibilidades econômicas dos lugares, tornando a ci-

dade propícia para os negócios.

O processo de construção da cidade distribui esculturas, museus e edifícios de alto padrão atraindo aqueles que têm condições de escolher onde viver, trabalhar e gozar sua afluência. As zonas favorecidas incorporam, como lugares, o capital cultural que forja não somente seu futuro privilegiado, mas reduz o futuro das áreas menos favorecidas. (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2000, p. 28)

A exploração da cultura e da história torna-se um grande negócio para as cidades, e também um meio de controle urbano, por meio da permanente vigilância dos espaços públicos “requalificados” e criminalização da pobreza. Faz parte do marketing urbano para atrair investidores e consumidores de maior poder aquisitivo, onde a imagem ganha proporções capazes de superar as questões sociais da população mais pobre, que com o apoio dos meios de comunicação logo se converte em senso comum.

Rentabilidade e patrimônio arquitetônico-cultural se dão as mãos, nesse processo de revalorização urbana - sempre, evidentemente, em nome de um alegado civismo (como contestar?...). E para entrar nesse negócio a senha mais prestigiosa - a que ponto chegamos! (de sofisticação?) - é a Cultura. (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2000, p. 31)

Na área leste do centro de Florianópolis, esses elementos estão bem visíveis, os bares boêmios, o comércio popular, as ruas estreitas e antigas, as edificações neoclássicas em estado de abandono. Um cenário atrativo para o discurso de requalificação urbana.

Nesse tom de melhorias na infraestrutura e higienização estética, o planejamento urbano estratégico visa a produtividade e a competitividade, submetendo as cidades às mesmas lógicas das empresas. No atual período, com a mundialização da economia e da comunicação e a liberalização do mercado, essa se torna a nova questão urbana na lógica do capital: competir por investimentos, atração de novas empresas e força de trabalho qualificada. O que se busca é ampliar a capacidade de inovação e de difusão da cidade, sua possibilidade de atrair investimentos e tecnologia.

A venda da cidade é, necessariamente, a venda daqueles atributos específicos que constituem, de uma maneira ou de outra, insumos valorizados pelo capital transnacional: espaços para convenções e feiras, parques industriais e tecnológicos, oficinas de informação e assessoramento a investidores e empresários, torres de comunicação e comércio, segurança. (ARANTES, MARICATO, VAINER, 2000, p. 79)

Um ponto importante é a aproximação entre setores públicos e privados e a participação direta dos investidores nos processos de planejam-

to urbano, desse modo, o projeto urbano serve como mais um mecanismo de transferência de recursos públicos para grupos privados.

O clima de “crise” ou decadência do local é usado como incentivador desses planos ditos salvadores. A gentrificação⁴ torna-se a consequência desse discurso, sob o disfarce de “reabilitação”. O que decorre são partes requalificadas da cidade destinadas para públicos específicos, onde não cabem mais vestígios dos problemas sociais das camadas mais carentes da população, encarados como um entrave, um ponto negativo que deve ser ocultado e transferido para longe, sem responsabilidade de quem planeja “aquela parte” da cidade, afinal ela será embelezada para o bem de “todos”.

Trata-se de um discurso que revela interesses antigos: a velha disputa por espaços na cidade, interesses pela localização da infraestrutura urbana e localização dos equipamentos públicos, que podem valorizar sobremaneira a mercadoria terra urbana (VILLAÇA, 1998).

Mas a cidade subjacente também se manifesta, a cidade como espaço público, do encontro de diferentes, como espaços de vida, com valor de uso e não como valor de troca (LEFEBVRE, 1991), segue presente em espaços de resistência e construção de uma identidade autêntica, que não escamoteia suas dificuldades, ao contrário as encara, com compromisso social de transformação.

4 Fenômeno que implica na necessidade de deslocamento da população de baixa renda de uma área que foi valorizada devido a processos de revitalização urbana.

Fabricação de um consenso para Florianópolis

Na busca de adeptos às ideias a linguagem ocupa um papel relevante, no tocante à linguagem utilizada pelo Projeto Centro Sapiens, evidenciam-se as contradições locais, que são aparentemente ignoradas e um novo consenso é fabricado. As expressões “economia criativa”, “colaborativo”, e “inovação” dão a linha de convencimento de boa parte do texto que embasa projetos desse tipo, procurando construir uma ideia da vocação da cidade de Florianópolis para os setores relacionados à chamada “indústria criativa”, conceito originado em 1994 no documento *Creative Nations*⁵, que contempla os setores de turismo, gastronomia, artes, design e tecnologia. Para cada um desses setores são elencados alguns argumentos que buscam induzir uma necessidade “óbvia” da área leste do centro de Florianópolis para esse tipo de desenvolvimento.

As lendas, mitos e histórias de bruxas criaram em Florianópolis uma cultura especialmente rica que aliada ao seu desenvolvimento tecnológico gera um cenário propício à promoção de iniciativas criativas e inovadoras, como é o caso da economia criativa. (SAPIENS, 2016)

Em relação ao termo “colaborativo” e às diversas formas de *coworking* difundidas pelo Centro Sapiens, existe ainda outro tipo de mistificação da realidade, que é, mais precisamente, uma tentativa de criar a imagem de espaços e processos demo-

cráticos, a exemplo do planejamento estratégico de Barcelona durante os anos 80 (SILVA, 2012). Na prática neoliberal, a parceria em financiamentos público-privados, o *lobby* nas instituições públicas, e a busca por um controle cada vez menor do Estado em relação aos projetos urbanos tornam os processos de decisão pouco democráticos e a participação da população meramente consultiva. Além disso, o caráter aparentemente democrático desse tipo de projeto esbarra no prognóstico elitizador dos setores da economia criativa, frequentados quase que exclusivamente pelas classes de média e alta renda.

Um terceiro aspecto da linguagem utilizada pelo Centro Sapiens, e que se relaciona atualmente com tantas outras iniciativas no âmbito das universidades federais, diz respeito ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de *startups* e empresas juniores como forma de estimular a economia, criar relações de trabalho mais flexíveis, e buscar novas tecnologias fora das grandes indústrias. Nesse caso, a contradição reside num espectro mais amplo dos efeitos desse tipo de ideologia para o meio acadêmico e para a sociedade em geral. O empreendedorismo tende a induzir uma noção de autonomia econômica do indivíduo acompanhada de uma pseudocrença na ineficiência do Estado e de descrédito nas formas mais coletivas de organização dos trabalhadores. Os efeitos são positivos apenas para o ânimo empresarial das camadas mais abastadas, especialmente nos momentos de crise econômi-

5 Documento divulgado pelo governo australiano que defendia a necessidade de se relacionar os setores de design, artes, e tecnologia para agregar mais valor produção de mercadorias nacionais. (CUNHA, 2013)

ca, por contar com uma força de trabalho especializada a baixos custos de remuneração e sem compromissos sociais e trabalhistas.

Nesse contexto, Florianópolis, em especial pelo papel das universidades, foi considerada por esse setor da economia como a cidade brasileira com ambiente mais favorável para empreendedores, segundo um estudo divulgado em 2014 pela filial brasileira da Endeavor, uma organização não-governamental sediada nos Estados Unidos que elaborou o índice de cidades empreendedoras no Brasil (BBC Brasil, 2014).

Florianópolis é líder em capital humano por reunir amplo acesso e qualidade em suas escolas e universidades. A cidade pode ser considerada um polo, com mais de 30% da população com diploma de graduação. (BBC Brasil, 2014)

O que se pode vislumbrar no conjunto dessas táticas de linguagem é o que Lefebvre (1991) conceituou como componentes da estratégia de classe dentro da disputa pela cidade. É a estratégia de uma pequena parcela da sociedade visando um aumento da taxa de lucro e da revalorização da terra, que passa por uma segregação socioespacial planejada, e que finge ignorar, no caso de Florianópolis, a vulnerabilidade social evidente na área de intervenção.

A produção do discurso sobre a cidade segue procedimentos de controle, seleção e organização que,

como afirma Michel Foucault (1970), organizam-se por meio de métodos de exclusão, especialmente no caso dos discursos políticos que “se pacificam” buscando esconder os sistemas de opressão e a realidade violenta das disputas pela cidade.

As bases para uma alternativa

Ao tomar como inspiração o trabalho desenvolvido pelo Instituto Arco-íris com a população socialmente vulnerável, e após realizar a reflexão sobre as condições que engendram a produção do espaço urbano à luz dos interesses do capital, em especial com as premissas do planejamento estratégico, foi possível desenvolver, uma proposta alternativa para a área leste do centro de Florianópolis, voltada para inclusão social e baseada no ideal de direito à cidade (LEFEBVRE, 1991). O desenvolvimento dessa proposta foi realizado pela equipe de estudantes que integrou o Ateliê Modelo de Arquitetura e o Laboratório de Urbanismo do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, em 2015 e 2016.

Como premissa básica, considerou-se importante transformar os espaços públicos do entorno das entidades de apoio aos socialmente vulneráveis, ao invés de torná-los estrategicamente “invisíveis”. Esse foi o desafio que nos propusemos a estudar e que entendemos ser o papel do poder público.

É pertinente valorizar a legislação que já temos consolidada em torno desses temas, como o Es-

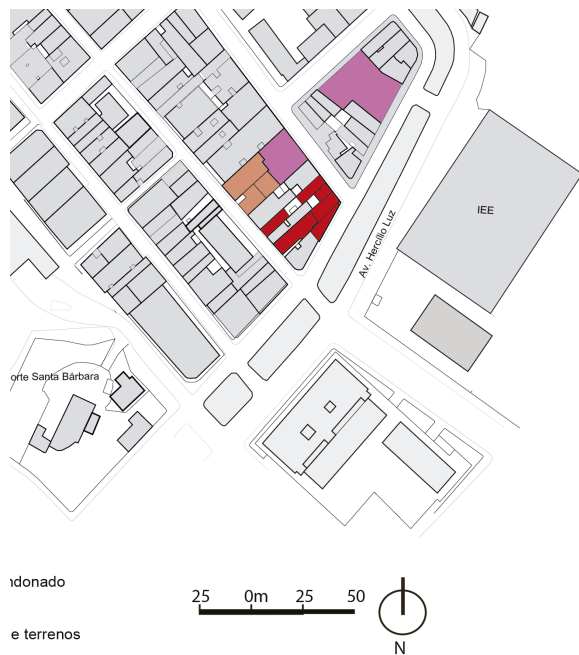


Figura 3. Mapa dos espaços ociosos na área de estudo. Fonte: IPUF, 2009. Adaptado pelos autores.

tatuto da Cidade (Lei Federal 10.257, 2001).

O debate em torno dessas questões culminou, em nosso estudo, na consolidação de seis diretrizes de projeto urbano, que são apresentadas na sequência, como estruturadoras da proposta urbana alternativa para a área. A expectativa é que essas reflexões e diretrizes contribuam para outras iniciativas de requalificação da área leste e de tantas outras regiões centrais que enfrentam problemas semelhantes.

A primeira diretriz é a inserção de equipamentos públicos nos edifícios abandonados ou subutilizados (Figura 3), que fortaleçam as políticas de assistência social já existentes na área, transformando esses prédios em novos usos, como restaurantes populares, albergues, centros de assistência à população de rua, centros de capacitação para o trabalho.

Ao apoiar e complementar as atividades assistenciais ampliam-se as possibilidades de viabilizar a cidadania digna para população socialmente vulnerável que habita a área.

A segunda diretriz refere-se à promoção de amplo acesso à cultura, por meio do fortalecimento das atividades culturais existentes, como as feiras e as apresentações musicais associadas aos bares e restaurantes, bem como a promoção e apoio aos equipamentos culturais localizados no setor leste, como Museu da Escola Catarinense

(Figura 4), Museu Victor Meirelles (Figura 5), Fortaleza Santa Bárbara e Teatro da UBRO.

A cultura tem importante papel na construção da identidade e preservação da memória urbana, ao fortalecer as práticas culturais do cotidiano e ampliar o acesso aos equipamentos culturais existentes, criam-se oportunidades de maiores trocas sociais, mais efervescência urbana e apropriação da cidade por seus moradores e visitantes.



Figura 4. Museu da Escola Catarinense (MESC). Fonte: os autores.



Figura 5. Museu Victor Meirelles. Fonte: os autores.

Como terceiro componente das diretrizes, consta a preocupação com a manutenção dos estabelecimentos comerciais voltados à população de baixa renda, ditos populares, por cumprirem um papel importante para uma expressiva camada da população que frequenta e trabalha no centro de Florianópolis, evitando a elitização e a segregação social, o que garante a vitalidade e a dinâmica do espaço urbano.

A quarta diretriz diz respeito ao desenvolvimento de diferentes formas de habitação nos espaços ociosos ou subutilizados, como albergues, hotéis, e residências. O incentivo ao uso habitacional nessa área tem a capacidade de melhorar a segurança, por evitar o esvaziamento do centro nos horários e dias em que o comércio não funciona, a dinâmica da moradia, associada aos outros usos, contribui para o cuidado com a cidade e apropriação dos espaços públicos em horários diferentes do uso comercial, em especial nos finais de semana.

A quinta diretriz está relacionada com melhorias na infraestrutura urbana, que promovam a qualificação do espaço público e das edificações, garantindo acessibilidade e mobilidade, como o aterramento do cabeamento elétrico, nivelamento dos passeios, implantação de rampas e ciclovias, melhorias na iluminação pública e na comunicação visual. O atual estado de “abandono” do setor leste torna-o marginalizado, sendo muitas vezes evitado devido às dificuldades de mobilidade de pessoas, o que acaba corroboran-

do com a sensação de insegurança, ao favorecer a circulação e a permanência tem-se mais segurança nos espaços públicos.

Assim, no mesmo sentido, a sexta diretriz consiste em medidas que promovam a diminuição dos espaços destinados ao automóvel, como estacionamentos, com incentivo ao uso do transporte público, com maior integração entre os modais, que favoreçam a circulação de pedestres e ciclistas neste setor do centro.

Considerações Finais

Ao examinar as duas propostas delinea-se um impasse: o confronto entre visões opostas de mundo e de cidade: a cidade para o capital e a cidade para as pessoas. Em uma os processos vêm de projetos de “cima para baixo”, a partir de ideias que vislumbram lucros financeiros, que buscam criar um ambiente higiênico, empresarial e artificial, para poucos. Na outra, o que se buscou foi, a partir da realidade histórica, do que a cidade já traz, pulsa e expressa, manter suas características e florescer suas potencialidades, com inclusão social.

O planejamento estratégico contido no Projeto *Centro Sapiens* é alheio às questões sociais dos que frequentam essa área da cidade, mas por outro lado, atento às oportunidades do local, buscando convencer os comerciantes locais sobre um novo significado para o setor leste do centro

fundador de Florianópolis, fazendo uso da boemia e da cultura popular para sustentar uma proposta empresarial e tecnológica que, na prática, alteraria profundamente essas características, especialmente porque o valor da terra tende a subir e a desencadear um processo de elitização com consequente expulsão dos atuais frequentadores dessa porção peculiar e popular do centro.

Acreditamos em outra forma de produzir o espaço urbano, que considera a participação dos que vivem nos lugares na tomada de decisão sobre seu futuro (CHALAS, 2008), em técnicos da área de urbanismo preocupados em esclarecer, informar e dar oportunidade de voz às populações locais, uma vez que os demais setores já ocupam a grande mídia e significativos espaços políticos. No entendimento de que é necessário tempo, diálogo e respeito na construção da cidadania, bem como diretrizes de planejamento urbano comprometidas com a função social da cidade.

Referências:

ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

BBC Brasil. **Florianópolis é cidade mais favorável ao empreendedorismo. 2014**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/11/141124_empreendedorismo_lgb_lk. Acesso em 15 dezembro 2016.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues - **Nossa Senhora do Desterro**. Volume 1: Notícia. Volume 2: Memória. Florianópolis: Lunardelli, 1979.

CHALAS, Yves. O Urbanismo: pensamento fraco e pensamento prático. In: PEREIRA, Elson Manoel (org). **Planejamento urbano no Brasil: conceitos, diálogos e práticas**. Chapecó: Argos, 2008.

CUNHA, Sonia Regina Soares da. **A economia criativa e a cultura popular**: fetichismo da propriedade intelectual em tempos de capitalismo cultural. In: XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35, 2013, Manaus.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

SAPIENS. Projeto Centro Sapiens. Disponível em: <http://centrosapiens.com.br/>. Acesso em: 10 setembro 2016.

SILVA, E. R. **O planejamento estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo ur-**

bano no Brasil. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. 2012.

VEIGA. Eliane Veras da. **Florianópolis:** memória urbana. 3 ed. Florianópolis: Fundação Franklin Cascaes, 2010.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel, 1998.

